


I. INSTITUTO	
 Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	FSR (opinião)
Data	10/9/2001 Pg 13
Class.	133

Comunidades ameaçadas

MARIA LUISA MENDONÇA e JAMES CAVALLARO

“Tem muita vida, muita criança aqui. Vamos tirar nossos filhos dessa terra pra botar onde? Aqui eu tenho tudo no mundo. Tirar a gente daqui é pra matar. Era melhor matar com os foguetes.”

José Ferreira de Carvalho, 80, morador da comunidade Santa Maria.

A COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) acaba de abrir um processo formal para apurar violações contra comunidades rurais, em consequência da instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Esse projeto tem gerado muita polêmica, especialmente devido à intenção do governo brasileiro em aprovar um acordo com os EUA de uso da base.

Os argumentos mais utilizados contra o acordo referem-se ao fato de ele proibir a inspeção da base por autoridades brasileiras e impedir a transferência de tecnologia para o Brasil, ferindo a soberania nacional.

Outro aspecto importante, que tem sido ignorado no debate, é o fato de o acordo vir a acelerar o processo de deslocamento de centenas de comunidades tradicionais, localizadas em uma área de 62 mil hectares, o que representa mais da metade do território de Alcântara. A OEA vai investigar uma série de violações contra os direitos dessas comunidades, incluindo o direito à família, à residência, à livre circulação, à educação, à cultura e ao trabalho. Uma das preocupações da OEA é verificar se o processo de desapropriação, responsável pela retirada de mais de 500 famílias, de 1982 a 85, ainda pode ser justificado.

O Centro de Lançamento de Alcântara foi criado pelo decreto federal nº 88.136, de 1983, com o objetivo de apoiar a política nacional de desenvolvimento aeroespacial. Os processos de desapropriação se baseiam em um decreto estadual e outro federal, alegando que o projeto seria de interesse público, pois iria desenvolver a tecnologia aeroespacial brasileira. No entanto, o novo projeto de utilização da base espacial pelo governo

dos EUA alega que o Brasil deve “promover o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara”.

Os claros objetivos comerciais desse acordo desviam a finalidade pública de desapropriação das áreas e invalidam os processos em tramitação.

A maioria das comunidades localizadas na região do Centro de Lançamento de Alcântara é considerada como sendo de remanescentes de quilombos. Tradicionalmente essas comunidades vivem do plantio coletivo e da pesca artesanal. Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, essas comunidades estão interligadas e formam o “Território Étnico de Alcântara”. A ingerência na forma de vida, na cultura e na economia de uma comunidade influencia toda a região.

Mais de 400 famílias serão expulsas quando as atividades espaciais forem reativadas

As comunidades ameaçadas podem ser divididas em três categorias: aquelas que já foram deslocadas, as que estão sob ameaça de deslocamento e as que têm sido afetadas pelos deslocamentos em áreas próximas. O deslocamento forçado de centenas de famílias para as chamadas agrovilas inviabilizou seus meios de subsistência. A estrutura das agrovilas, onde cada família vive em um lote individual, dificulta a gestão coletiva da terra, muitas vezes imprópria para a agricultura e longe dos locais de pesca.

Além disso, as famílias deslocadas nunca receberam títulos de propriedade, o que impede a construção de novas casas e a possibilidade de expansão familiar, causando o êxodo rural.

A impossibilidade de garantir sua subsistência tem levado os moradores das agrovilas a buscar alimento nas comunidades tradicionais, gerando conflitos e

destruição ambiental. Ao mesmo tempo, as comunidades sob ameaça de deslocamento vivem inseguras: “Fui ameaçado por querer plantar. O técnico da base diz pra gente não plantar mais, porque não vamos ser indenizados”, explica Walmir Rabelo, presidente da cooperativa de Santa Maria.

A situação de insegurança dessas comunidades se agrava à medida que o governo brasileiro insiste em aprovar o acordo com o governo norte-americano, o que aceleraria os deslocamentos forçados. Um cronograma do Centro de Lançamento de Alcântara, de junho deste ano, indica que mais de 400 famílias deverão ser expulsas de suas terras tradicionais assim que as atividades espaciais forem reativadas na região. Por enquanto, apenas a falta de recursos do governo brasileiro tem impedido a expansão da base espacial, o que deverá ocorrer se o acordo entre o Brasil e os EUA for aprovado.

Em vez de ceder aos interesses comerciais, tecnológicos e políticos dos EUA, o governo brasileiro deveria se preocupar em proteger os direitos de suas comunidades tradicionais. Desde a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu o direito à terra de remanescentes de quilombos, somente cerca de 3% dessas áreas foram tituladas.

Com base nesses fatos e nas denúncias apresentadas pelos povoados de Alcântara, a Comissão de Direitos Humanos da OEA deve pedir explicações ao Estado brasileiro por deixar de cumprir suas próprias leis e por violar os direitos fundamentais de seus cidadãos. A atuação do governo dos EUA também será avaliada pela OEA, em consequência de seu interesse na utilização e financiamento da base espacial, o que resultaria na violação dos direitos das comunidades tradicionais de Alcântara.

Maria Luisa Mendonça, 38, é diretora do Centro de Justiça Global e representante da Global Exchange no Brasil. James Louis Cavallaro, 38, diretor do Centro de Justiça Global, foi diretor no Brasil da Human Rights Watch (1994-1999) e é um dos advogados das comunidades de Alcântara no caso perante a OEA.